

MINISTÉRIO PÚBLICO
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Anúncio de Concurso n.º 15/2025

Sumário: Torna público que se encontra aberto o concurso de acesso interno, no regime de carreira, para promoção à categoria de Técnicos Superiores, Níveis II e III para o Serviço de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, do Quadro de Pessoal do Ministério Público.

Faz-se público que, de harmonia com as deliberações n.º 120/CSMP/2024/2025, de 09 de maio de 2025, e n.º 136/CSMP/2024/2025, de 09 de junho de 2025, se encontra aberto concurso de acesso interno, no regime de carreira, para promoção à categoria de técnicos superiores, níveis II e III para o Serviço de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, do quadro do Ministério Público, para o qual podem candidatar-se técnicos superiores, níveis I e II, com cinco anos de serviço efetivo e com avaliação de desempenho bom.

1. Candidaturas:

A candidatura é formalizada mediante requerimento dirigido ao Presidente do CSMP, entregue em formato papel ou para o correio eletrónico do Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Zico.Andrade@pgr.gov.cv, no prazo de cinco dias úteis a contar da data de publicação do anúncio de abertura do concurso.

2. Métodos de seleção:

1. O concurso é constituído por provas de conhecimento, que podem assumir forma escrita ou oral sobre matérias transversais à toda administração pública, podendo versar sobre hipótese prática, um texto para análise e comentário ou na resposta direta a questões sobre determinada matéria.

2. As provas serão elaboradas pelo Júri e serão realizadas em data, horal e local que serão comunicados aos candidatos.

3. Composição do júri do concurso:

Integram o júri para o presente concurso:

Presidente: Dr. Felisberto Ho Chi Minh Fernandes Varela Robalo, Procurador da República de 2ª Classe;

Vogal: Dr. Isaias Varela Moreira, Procurador da República de 2ª Classe.

Vogal: Dra. Carina Patrícia Fortes Oliveira Duarte, Secretária do Ministério Público;

Vogal Suplente: Dr. Boaventura Borges Semedo, Procurador da República de 2ª Classe.

Vogal Suplente: Heidmilson Agues Frederico, Procurador da República de 3ª Classe.

Secretário: Zico António Fortes Andrade, Secretário do Ministério Público.

4. Prazo de validade do concurso.

O concurso é válido apenas para o preenchimento das vagas.

Conselho Superior do Ministério Público, Praia, aos 12 de dezembro de 2025. — O Secretário do CSMP, *Zico António Fortes Andrade*.

Anexo da Deliberação n.º 120/CSMP/2024/2025,

de 09 de maio de 2025

Regulamento do concurso de promoção à categoria de Técnicos Superiores, Níveis II e III

Artigo 1.º

Âmbito

O presente concurso é de acesso interno, no regime de carreira, para promoção à categoria de técnicos superiores, nível II e nível III para o Serviço de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, do quadro do Ministério Público.

Artigo 2.

Princípios

O concurso obedecerá aos princípios da transparência, publicidade, igualdade de condições e de oportunidade para todos os candidatos, da objetividade, neutralidade e imparcialidade do júri e, bem assim, do direito ao recurso.

Artigo 3.º

Requisitos

1. O técnico nível II é provido de entre técnico nível I, reunidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Existência de vagas;
- b) Cinco anos de serviço efetivo com avaliação de desempenho bom;
- c) Aprovação em concurso.

2. O técnico nível III é provido de entre técnico nível II, reunidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Existência de vagas;
- b) Cinco anos de serviço efetivo com avaliação de desempenho bom;
- c) Aprovação em concurso.

Artigo 4.º**Métodos de seleção**

1. O concurso é constituído por provas de conhecimento, que podem assumir forma escrita ou oral sobre matérias transversais à toda administração pública, podendo versar sobre hipótese prática, um texto para análise e comentário ou na resposta direta a questões sobre determinada matéria.
2. As provas serão elaboradas pelo Júri e serão realizadas em data, horal e local que serão comunicados aos candidatos.

Artigo 5.º**Provas**

1. As provas de conhecimento incidirão nas seguintes áreas relativas à administração pública:
 - a) Bases, organização e estruturação da administração pública;
 - b) Organização e competências dos Serviços do Ministério Público;
 - c) Estatuto disciplinar dos agentes da administração pública;
 - d) Regime de férias, faltas e licenças;
 - e) Horário de trabalho na administração pública;
 - f) Mobilidade profissional e territorial

2. As provas serão classificadas de acordo com a escala de 0 a 20 valores.

Artigo 6.º**Competência e funcionamento do júri**

1. O júri é responsável por todas as operações de admissão a concurso, seleção dos concorrentes e sua classificação final.
2. No âmbito do disposto no número anterior compete, designadamente ao júri:
 - a) Apreciar a regularidade dos processos de candidatura;
 - b) Proceder à admissão e exclusão dos concorrentes;
 - c) Elaborar e fazer publicar a lista dos concorrentes;

- d) Marcar a data de realização das provas;
 - e) Elaborar as provas e respectivas grelhas de correção;
 - f) Apreciar as reclamações apresentadas pelos candidatos;
 - g) Proceder à classificação final dos candidatos, bem como à sua ordenação na lista de classificação.
3. O júri só poderá funcionar quando estiverem presentes todos os seus membros efetivos, devendo as deliberações ser tomadas por maioria, tendo o presidente do júri voto de qualidade.
4. Das reuniões do júri serão lavradas atas, das quais constarão os fundamentos das deliberações.
5. O acesso às atas far-se-á nos termos da lei.
6. O júri será secretariado pelo respetivo secretário designado na deliberação de abertura do concurso.
7. O secretariado do concurso assegura a execução administrativa, na dependência do júri.

Artigo 7.º

Classificação final

A classificação final será aprovada e homologada por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, devendo ser publicada no portal eletrónico do Ministério Público.

Artigo 8.º

Garantias Legais

- 1. Das decisões adotadas no processo de concurso cabe reclamação e/ou recurso contencioso, nos termos da lei geral e do presente regulamento.
- 2. Da publicação da lista definitiva cabe recurso contencioso nos termos da lei.

Artigo 9.º

Disposições legais

Em tudo quanto não venha especialmente previsto no presente regulamento aplica-se, com as necessárias adaptações, a legislação vigente sobre concursos.

Conselho Superior do Ministério Público, na Praia, aos 09 de maio de 2025. — O Presidente,
Luís José Tavares Landim, Procurador-Geral da República.

